

## AGENDA

Plenário vota hoje novas regras para pagar precatórios

### COMISSÕES

CCJ  
Senadores discutem formato do fundo contra a pobreza

CAS  
Incentivos para contratar pessoal poderão ter limite

PÁGINA 7

# Senado aprova Lei de Responsabilidade Fiscal

Projeto que controla o endividamento, impõe limites de gastos com pessoal e proíbe concessão de reajustes em final de mandato vai agora à sanção presidencial

O Plenário aprovou ontem, por 60 votos favoráveis, dez contrários e três abstenções, o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. O texto, que já havia sido votado na Câmara e vai agora à sanção presidencial, estabelece mecanismos de controle do endividamento, impõe limites para

gastos com pessoal e proíbe aos ocupantes de cargos executivos aumentar salários de servidores nos seis meses anteriores ao final do mandato. O projeto também busca evitar a guerra fiscal entre estados.

PÁGINAS 3 A 5



Presidida pelo senador Iris Rezende, comissão mista concluiu ontem seus trabalhos

## COMISSÃO MISTA MANTÉM REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO PARA R\$ 151

Parecer favorável à manutenção do texto da MP que eleva o salário mínimo para R\$ 151 foi acolhido ontem pela comissão mista e já pode ser votado pelo Plenário do Congresso.

PÁGINA 9



Maguito (ao microfone) apresentou à comissão mista que estuda o assunto o projeto de conversão da medida provisória que altera a Lei Pelé

## Relator propõe retirar normas sobre bingos da Lei Pelé

Se prevalecer a proposta do relator, senador Maguito Vilela, serão retirados da Lei Pelé todos os dispositivos que tratam do funcionamento dos bingos. Para ele, o assunto deve ser tratado em outro texto legal.

“Esporte é uma coisa e jogo de azar é outra”, justifica Maguito.

PÁGINA 8

## Congresso deve decidir hoje sobre Orçamento

PÁGINA 9

## CAE QUER TORNAR MAIS RÁPIDA A PUNIÇÃO DE CRIMES FISCAIS

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos permite desvincular as ações penais relativas a crimes contra a ordem tributária dos processos administrativos de cobrança dos débitos.

PÁGINA 6



CAE aprovou em caráter terminativo a proposta que acelera processos por crimes fiscais

# Autorizados empréstimos para hospitais universitários

Governo poderá contratar financiamentos no total de 7,7 milhões de euros, de acordo com duas resoluções aprovadas pelo Plenário

O Plenário do Senado aprovou ontem duas resoluções autorizando o governo brasileiro a contratar empréstimos de 4,6 milhões de euros e de 3,1 milhões de euros, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW. Os dois empréstimos serão feitos no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários. A matéria agora vai à promulgação.

Relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu a autorização de endividamento, dizendo que obedece às exigências definidas na Constituição federal e na Resolução 96/98 do Senado. Também explicou que os limites de endividamento da União estão sendo cumpridos, conforme dados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) observou que a votação se dava no momento em que uma comissão do Senado discute se é legítimo liberar 25% dos leitos hospitalares públicos para os pacientes que têm planos de saúde. Manifestando-se contra, ela argumentou: “Não abro mão de um leito, de um lençol, de um vidro de remédio do setor público, porque milhões nesse país passam por humilhações para ter acesso a um hospital”.

## Plenário vota hoje pagamento de precatórios em até dez anos

O Senado realizou ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento de precatórios – as somas devidas pelo poder público em decorrência de sentenças judiciais, e que vêm sendo pagas mediante a emissão de títulos mobiliários. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a matéria será votada hoje.

A PEC inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias um artigo que permite o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes



Durante a apreciação das autorizações de empréstimos, Plenário debateu também o uso de hospitais públicos por pacientes com planos de saúde

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) reconheceu a carência de recursos para financiar as ações de saúde e argumentou que, se os hospitais universitários puderem atender pacientes vinculados a planos de saúde, será possível a mobilização de recursos adicionais para que aumentem a capacidade de atender aos pacientes do SUS.

Com o mesmo entendimento, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que, se não houvesse pacientes pagantes no Incor, não haveria recursos para o atendimento dos que não podem pagar. Ele explicou que esse modelo de gestão – 25% dos leitos para os pacientes que

podem pagar e 75% para os que não podem pagar – foi adotado por alguns hospitais universitários, entre eles o Incor, com elogios em todo o mundo. Com esse dinheiro, afirmou, o Incor consegue ser um hospital de pesquisa e um dos cinco melhores hospitais do mundo.

O senador Tião Viana (PT-AC) considerou esse modelo uma tentativa de transformar a medicina pública em medicina privada. Ele considerou um equívoco o cirurgião Adib Jatene defender a privatização de leitos públicos nos hospitais universitários. “A porta dos pobres já tem sido bem estreita na hora da aflição e da doença”, afirmou.

## Três emissoras de rádio têm concessões renovadas

O Senado aprovou ontem decretos legislativos renovando a concessão das seguintes emissoras radiofônicas: Rádio Tocantins, em Cametá (PA); Rádio Regional de Conquista, em Vitória da Conquista (BA); e Sociedade Rádio Cacique de Capivari, em Capivari (SP). O PT absteve-se de votar, à exceção do senador Tião Viana (PT-AC). Os decretos legislativos relativos a essas renovações vão agora à promulgação.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2000

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária  
19h – Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 90/99, que altera a redação do artigo 100 da Constituição federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (precatórios); PLC nº 43/99, disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável; PLS nº 124/99, estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (Siafi); PLS nº 687/99, define os crimes de responsabilidade de magistrados; PDL nº 111/99, aprova renovação da permissão outorgada à ABC FM para serviço de radiodifusão em Santo André (SP); PDL nº 138/99, aprova renovação da concessão da Fundação Cultural e Educacional Bom Jesus para serviço de radiodifusão em onda média em Bom Jesus da Lapa (BA); PDL nº 142/99, aprova renovação da permissão da FM 100 para serviço de radiodifusão em Anápolis (GO); requerimentos nº 115/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 419 e 678, de 1999 e 130/2000, da senadora Heloísa Helena, solicitando a retirada do PLS nº 44/2000.

19h – Sessão conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação do PL nº 20/99-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2000. Plenário da Câmara dos Deputados

### COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS nº 587/99, modifica o artigo 10, item II, alínea “a” da Lei nº 8.842/94, que prioriza o atendimento ao idoso na área de saúde; PLS nº 655/99, acrescenta o art. 456-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, que dispõe sobre as relações de emprego beneficiadas por incentivos; PLS nº 11/2000, altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 123/99, torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos; e PLS nº 169/99, institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade; PLS nº 502/99, institui estímulos ao primeiro emprego e altera a Lei nº 7.998/90; e audiência pública com o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar de Paiva Rocha, com a finalidade de instruir o PLS nº 492/99, que disciplina a supressão parcial da cobertura vegetal para desenvolvimento da aqüicultura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 268/99, dispõe sobre a estruturação e o uso de bancos de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*; PLS nº 90/99, dispõe sobre a reprodução assistida; emendas nºs 2 a 5 de Plenário à PEC nº 67/99 (tramita em conjunto com a PEC nº 96/99), que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; PLC nº 58/99, estabelece normas para prestação voluntária de serviços administrativos, auxiliares de saúde e de defesa civil nas polícias militares e nos corpos de bombeiros militares; PEC nº 9/2000, altera a alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal (dispõe sobre nacionalidade brasileira); emenda nº 1 de Plenário à PEC nº 24/99, dá nova redação à alínea “c” do inciso I do art. 12 da Constituição federal; emenda nº 1 de Plenário ao PLS nº 207/95, altera dispositivo de Decreto-Lei nº 2.848/40 – Código Penal; e emenda nº 1 de Plenário ao PLS nº 319/95, cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Ala senador Alexandre Costa – Sala 5

15h30 – Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: reunião para exposição sobre as relações bilaterais Brasil-Argentina, a ser proferida pelo embaixador extraordinário para assuntos do Mercosul, José Botafogo Gonçalves. Plenário 6 – Anexo II da Câmara dos Deputados

### ESPECIAL

12h – Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Mauá, o imperador e o rei*, de Sérgio Rezende. Auditório Petrólio Portella

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Quinta-feira

10 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 143/99, aprova renovação da concessão da Rádio Sociedade Sobradinho para radiodifusão em onda média em Sobradinho (RS); PDL nº 148/99, aprova renovação da concessão da Rádio Itacema para serviço de radiodifusão em Cunha Porã (SC); PDL nº 149/99, aprova renovação da concessão da Rádio Cultura para radiodifusão em onda média em Bariri (SP); requerimentos nº 136/2000, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta dos PRs nºs 18 e 8, de 2000, e 143/2000, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 545, 665 e 681, de 1999.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Roque Sá, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## RESPONSABILIDADE FISCAL

# Mais austeridade nos gastos públicos

O Senado aprovou ontem o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, que institui um regime fiscal disciplinar, com mecanismos de controle do endividamento e da despesa, além de normas coercitivas e de correção de desvios na administração pública. Foram computados 60 votos a favor, dez contra e três abstenções. O texto agora vai à sanção presidencial. A nova lei prevê a fixação e o cumprimento de metas na administração, assim como a exigência de demonstrativos contábeis da realidade fiscal. Com esse texto, os limites e metas fixados pela gestão pública deverão ser fielmente retratados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e na lei orçamentária anual, que servirão como pontos de referência para a administração e seu respectivo controle e avaliação.

A iniciativa cria novos mecanismos de controle do endividamento do poder público e fixa normas para a realização de despesas obrigatórias de caráter continuado. Estabelece também a obrigatoriedade de publicação de demonstrativos e relatórios sobre a execução das finanças públicas, além de coibir a criação de encargos para o Estado. O texto impõe limites de comprometimento orçamentário para pagamento de pessoal, proibindo despesas extras em anos eleitorais, como aquelas decorrentes da contratação de pessoal. Estabelece também que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições. O objetivo é coibir a renúncia de receitas, a geração de despesas, operações de crédito com antecipação de receitas, a inscrição em restos a pagar e outros tipos de irregularidades.



O projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal foi aprovado pelos senadores com 60 votos a favor, dez contra e três abstenções

## Texto proíbe aumentar salários de servidores nos últimos seis meses de mandato

O projeto aprovado estabelece normas que prefeitos, governadores e o presidente da República devem seguir para que as contas públicas sejam saneadas. Algumas de suas determinações procuram evitar práticas como o aumento de salários do funcionalismo ou a tomada de empréstimos poucos dias antes do final de mandato.

Ficam proibidos, de acordo com o projeto de lei, reajustes salariais nos seis meses anteriores ao final de mandato. Com o objetivo de garantir a manutenção dos gastos com pessoal nos limites previstos (60% das receitas de estados e municípios e 50% das receitas da União), a proposta estabelece ainda que a administração deve começar a tomar providências quando a folha salarial se aproximar do limite. Entre elas, cortar horas extras, não fazer contratações de pessoal e não conceder aumentos de salário.

As chamadas despesas continuadas (superiores a dois anos), de acordo com o projeto, só poderão ser reajustadas se houver aumento de impostos ou corte de despesas. Escapam dessa determinação apenas os gastos salariais e previdenciários e, mesmo assim, desde que o reajuste busque recompor seu valor real.

Os prefeitos e governadores serão proibidos, segundo o projeto aprovado, de contrair empréstimos conhecidos como Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em anos eleitorais. Isso evitará que os recursos sejam usados, mesmo indiretamente, em

campanha eleitoral. Nos oito meses anteriores às eleições, fica ainda proibido o início de obras que não possam ser concluídas até o final do mandato.

Conforme o texto aprovado, prefeitos, governadores e presidente da República terão de fixar metas fiscais para os três anos seguintes. A lei orçamentária anual buscará o superávit primário das contas públicas (que exclui os gastos com juros).

A cada dois meses, Executivo, Judiciário e Legislativo avaliarão o cumprimento de suas metas fiscais para o ano e, em caso de desvio, o Executivo poderá cortar gastos do Legislativo e do Judiciário se ambos não o fizerem por conta própria. A proposta estabelece, ainda, que os legislativos estaduais nunca poderão gastar mais que 3% das receitas do estado e, na área federal, o limite será de 2,5% (Senado, Câmara e TCU). Os judiciários contarão com 6% do orçamento. O Executivo municipal não poderá gastar mais que 54% de suas receitas; o estadual, 49%; e o federal, 40,9%.

Há um artigo que busca impedir a guerra fiscal entre os estados que oferecem incentivos para a atração de investimentos. O dispositivo determina que qualquer concessão ou ampliação de incentivo fiscal será obrigatoriamente acompanhada do impacto orçamentário no início do ano da vigência do incentivo e nos dois anos seguintes. Para que um estado ou município ofereça algum incentivo, a receita terá de ser elevada na mesma proporção.

## Arruda prenuncia fim da "gastança irresponsável"

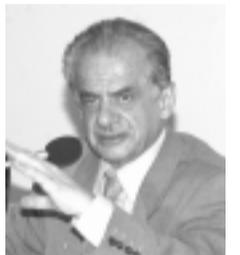
Ao encaminhar favoravelmente ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e pela rejeição de todas as emendas apresentadas, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que a proposta "vai gerar o fim da gastança desenfreada e irresponsável no país". Rebatendo as críticas à pressa do governo na aprovação da matéria, Arruda enfatizou que ela é de interesse público relevante e merecedora do tratamento de urgência que lhe foi dispensado.



José Roberto Arruda

## Simon diz que Senado não está cumprindo suas funções

Ao lamentar o fato de o Senado não ter feito nenhuma mudança no texto aprovado pela Câmara, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que algumas funções da Casa não estão sendo respeitadas.



Pedro Simon

Segundo Simon, a Câmara não tem dado prosseguimento aos projetos aprovados pelo Senado. Ele também protestou contra o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo. "Estamos nos transformando na Casa da carimbagem oficial", afirmou o senador. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encampou a crítica em relação à tramitação dos projetos na Câmara e anunciou que estuda providências para que o Senado possa cumprir suas funções.

## Para Saturnino, faltaram estudos mais profundos

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse que o Plenário cometeu um "ato de imprudência" ao aprovar sem um estudo mais aprofundado o projeto. Ele criticou o excesso de rigor da proposta e apontou diversas falhas que, na sua avaliação, poderiam ter sido corrigidas se tivesse sido criada uma subcomissão para estudar as modificações sugeridas.

Saturnino protestou contra a prioridade absoluta que o projeto dá ao pagamento dos juros da dívida pública em detrimento do atendimento das áreas sociais. E questionou o fim do fundo de aval e a rigorosa limitação dos gastos com pessoal. "Sabemos que o governo quer aprovar essa lei para manter uma imagem e os compromissos assumidos junto ao sistema financeiro internacional", destacou ele.



Roberto Saturnino

## RESPONSABILIDADE FISCAL

# Álvaro prevê "choque de moralização" com nova lei

"O que se deseja é uma nova cultura para a administração pública brasileira", afirmou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), em defesa do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ),



Álvaro Dias

ele sustentou em Plenário que só o texto não basta. Para ele, a nova lei pode significar um choque de moralização na atividade pública brasileira, mas é necessário que seja cumprida e isso exige um pacto de responsabilidade.

O parlamentar disse ter esperança de que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja obedecida e respeitada, em virtude de dar maior transparência à administração pública brasileira e

de mostrar à opinião pública que houve uma correção de rumos. Em sua opinião, ela traz mecanismos de transparência que permitirão à opinião pública exigir respeito às suas normas. Para ele, a lei é a mais importante providência adotada pelo governo federal na busca da estabilidade da economia brasileira.

Louvando o consenso do Legislativo sobre a importância do projeto, o parlamentar referiu-se aos abusos praticados pelos administradores que, em sua opinião, agem por incompetência ou desonestidade. Como exemplo, disse que no ano eleitoral de 1998 o item "Restos a Pagar" da prestação de contas do governo do Paraná alcançou

crescimento de 38 mil por cento, o que implicou no repasse de um déficit superior a R\$ 2,3 bilhões para o governo seguinte.

Conforme Álvaro Dias, além da dilapidação do patrimônio público e das antecipações ilegais de receita, o item "Restos a Pagar" é suficientemente grave para justificar a aprovação da nova lei. Ele pediu que todos entendessem a necessidade de a lei entrar imediatamente em vigor, observando que qualquer alteração de mérito implicaria na volta da matéria para a deliberação dos deputados e na impossibilidade de sua entrada em vigor nas eleições deste ano. Também pediu que o governo federal discuta com as prefeituras um programa de saneamento financeiro a fim de que os municípios possam cumprir as exigências da nova lei.

## Lobão vê o fim do endividamento sem limites

Ao encaminhar ontem o voto favorável do PFL ao projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, o senador



Edison Lobão

Edison Lobão (MA) garantiu que a nova legislação acabará com a irresponsabilidade fiscal e com o endividamento sem limites das administrações públicas, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal:

— Ficarão sob controle, e em ordem, as contas do poder público. Aplaudo o governo federal, por ter enviado ao Congresso um projeto de boa qualidade; também a Câmara dos Deputados, que realizou aperfeiçoamentos importantes no projeto; e, finalmente, aplaudo os relatores nas comissões do Senado e, espero, também que o Senado, pela aprovação do projeto, sem emendas — ressaltou.

## Osmar: governo criará similar do fundo de aval

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão,



Osmar Dias

Martus Tavares, garantiu-lhe que o governo tem a intenção de elaborar um dispositivo similar ao fundo de aval utilizado atualmente pelos municípios. O fundo de aval, observou o senador, está sendo extinto pelo projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal.

Osmar Dias também aproveitou para esclarecer que seu voto favorável ao projeto não significa que ele apóia o crescente endividamento do governo do estado do Paraná. O senador ainda pediu ao governo que substitua o IGP pelo IPCA no cálculo das dívidas dos estados. O IGP, segundo afirmou, está cerca de 10 pontos percentuais acima do IPCA.

## Para Suassuna, povo brasileiro saiu ganhando

Ao debater o projeto, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), saudou o acordo celebrado na comissão que permitiu a retirada de 22 emendas ao projeto impedindo, dessa maneira, que a proposta volte à Câmara dos Deputados:



Ney Suassuna

— Quem saiu ganhando foi o povo brasileiro que precisa dessa lei para exigir gestão fiscal responsável do presidente da República, governadores e prefeitos. Entendo haver minorias descontentes como os tribunais de Contas, os poderes Legislativo e Judiciário, que não tiveram alguns de seus pleitos específicos aprovados. Mas precisamos, pelo menos uma vez, pensar na maioria — disse Suassuna.

## Alcântara reitera que vantagens superam falhas

As vantagens decorrentes da nova legislação superam os problemas que ela possa criar, afirmou o senador Lúcio Alcântara



Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) ao declarar ontem seu voto favorável. Embora reconheça que haverá dificuldades na implantação da lei, por sua complexidade, Alcântara entende que ela acaba com dois velhos jargões nos meios administrativos: "o Estado não quebra" e "dívida velha não se paga, e a nova deixa-se ficar velha".

O senador observou, no entanto, que as penas previstas não podem ser exageradas, para que não se tornem impossíveis de serem cumpridas, nem amenizadas, porque os administradores podem ser tentados a desrespeitá-las. Para o relator da matéria na CAE, Jefferson Péres (PDT-AM), o problema do desrespeito não existirá, porque os governantes deverão incluir sua solicitação no Plano Plurianual antes de fazer um pedido de empréstimo.

## Rocha teme que lei possa causar demissões

Ao fixar percentuais para gastos com pessoal em cada um dos poderes abaixo do que estabeleceu a Lei Camata (60%



Sebastião Rocha

da receita), o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal pode levar estados e municípios — e mesmo a União — a demitir funcionários, acredita o senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Segundo ele, este é apenas um dos problemas da proposta enviada pelo Executivo, que traz ao funcionalismo uma perspectiva "preocupante".

Outra falha apontada por Sebastião Rocha é a ausência de mecanismo capaz de inibir o que chamou de "farra dos repasses" dos executivos estaduais para os outros poderes. No Amapá, por exemplo, esses repasses tiveram um aumento de R\$ 8 milhões, e o governador reclama que está à mercê da Assembléia Legislativa, conforme o senador. Ele lembrou que naquele estado o financiamento do narcotráfico parte do poder público.

## Para Hartung, equilíbrio fiscal é fundamental

A responsabilidade fiscal não tem caráter ideológico e deve ser aprovada em respeito aos cidadãos que pagam impostos e não têm a



Paulo Hartung

contrapartida em obras e fornecimento de serviços, afirmou o senador Paulo Hartung (PPS-ES). Para ele, não há sentido em se creditar a elaboração do projeto à ingerência externa nos assuntos do país:

— Muitas das nossas mazelas não estão fora, mas aqui dentro com as práticas políticas inadequadas — disse Hartung, que atribuiu à irresponsabilidade, à ganância e à fraude a situação de municípios que têm um endividamento elevado, como o de São Paulo.

Hartung disse concordar que a lei não é perfeita, mas acredita que o melhor seria não adiar discussão e decisão tão urgentes. Para ele, só o equilíbrio fiscal será capaz de permitir os investimentos na área social e a distribuição de renda. Ele chamou a atenção para o fato de que os prefeitos preferem a comodidade dos recursos da União a enfrentar com os cidadãos dos municípios discussões sobre a cobrança do IPTU e do ISS.

## Machado vê nas novas regras um "grande avanço"

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) definiu a Lei de Responsabilidade Fiscal como a "lei da administração pública sustentável", já que permitirá o equilíbrio de gastos ao longo do tempo, independentemente dos ocupantes dos cargos públicos. Mesmo com imperfeições, a lei representa um grande avanço, no entender de Machado, pois a complementação virá com outros projetos de lei.



Sérgio Machado

Ele defendeu a aprovação da matéria para que entre em vigor imediatamente, a fim de que as atuais administrações já possam se pautar pelos novos parâmetros. Machado acha inaceitável que as gerações futuras paguem a conta de erros que podem ser evitados com disciplina e austeridade:

— Fazemos parte de uma geração prejudicada pelos desmandos do passado — disse o senador.

## Maldaner adverte que municípios não estão preparados

Apesar de ser favorável à aprovação do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que será difícil para os municípios adaptarem-se imediatamente às novas regras. Ele lembrou que as ações financeiras das prefeituras



Casildo Maldaner

já estão em curso e, portanto, seria aconselhável que o governo pensasse em uma solução para sanear as finanças dos municípios antes da aplicação da lei.

O senador anunciou que um grupo de prefeitos vai reunir-se hoje com a

equipe econômica do governo federal para pedir a liberação de R\$ 7 bilhões, reservados por medida provisória editada ano passado com a finalidade de reestruturar os municípios. Maldaner disse que apenas 80 municípios dos mais de cinco mil existentes foram contemplados por esta MP, sendo que desses, 80% eram municípios dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

## RESPONSABILIDADE FISCAL

## “É a revogação da República”, afirma Requião

“Estamos revogando a República”, afirmou o senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao analisar o projeto de



Roberto Requião

Lei de Responsabilidade Fiscal. O senador acentuou que a proposta restabelece o Império e transforma governos estaduais e prefeituras em satrapias (cada uma das províncias em que estava dividido o antigo império persa).

Roberto Requião acrescentou que a proposta não introduz a responsabilidade fiscal, que, segundo ele, não existe no país. “Não é um projeto de lei. É o regimento, o manual do sátrapa, que tem como obrigação principal pagar os juros de suas dívidas”, observou.

O senador observou que esses juros são estabelecidos pelo Banco Central, “comandado pelo Fundo Monetário Internacional”. Para Requião, as novas regras trazem limitações absolutas para prefeitos e governadores, e licença e irresponsabilidade liberada para “o novo imperador do Brasil”.

Ele garantiu que o projeto de lei é inconstitucional e endossou a sugestão da senadora Heloísa Helena (PT-AL) no sentido de que municípios e estados votem leis orçamentárias que reduzam a 2% e 3% a responsabilidade em relação a juros e dívidas.

## “Mudança está de acordo com a Constituição”

Em resposta a considerações sobre a possibilidade de inconstitucionalidade do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos, garantiu que a proposta está de acordo com o que estabelece a Constituição, embora admita que existam algumas falhas. Segundo ele, tais incorreções poderão ser corrigidas em leis posteriores. Para o senador, ao relatar a matéria na CAE, ele teria “dado uma pequena contribuição para acabar com a esbórnica fiscal no país”.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), no entanto, registrou que Jefferson comentou sua crítica baseando-se em artigo do projeto a que ele não se referiu. Mesmo assim, Jefferson assegurou ao Plenário que o projeto não representa “violência à Constituição”.

## Para Dutra, banqueiros têm privilégios

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) declarou ontem que votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal pelos funda-



José Eduardo Dutra

mentos ideológicos que ela contém. Ele explicou que a lei privilegia o pagamento a banqueiros, em detrimento das despesas consideradas como dever do Estado, como segurança, saúde e educação. Acrescentou que a bancada do PT tentou alterar o texto original, apresentando emendas que estabeleçam proteção para os gastos sociais, mas a emenda foi rejeitada pelo relator da matéria.

Outro problema apontado por Dutra, que também foi objeto de emenda do PT, é que a lei restringe a capacidade do Estado de ampliar os instrumentos de política social, caso haja recursos disponíveis. Em sua avaliação, a lei estabelece que os atos que criarem ou aumentarem despesas obrigatórias de caráter continuado terão de ser acompanhados de comprovação de que ela não afetará as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## Refinanciamento deve ser decidido antes, diz Suplicy

O exame das condições em que está sendo renegociada a dívida do município de São Paulo deveria preceder a votação da Lei de



Eduardo Suplicy

Responsabilidade Fiscal, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele se disse preocupado com o comprometimento da receita a ser imposto ao município. Além de São Paulo, outros municípios estão com suas dívidas sujeitas a refinanciamento, o que terá de ocorrer antes que entre em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) esclareceu que seu objetivo como relator do projeto de refinanciamento da dívida paulistana é preservar as finanças do município. Já o senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o Senado cometeria “uma irresponsabilidade” caso votasse a Lei de Responsabilidade Fiscal e ao mesmo tempo aprovasse os refinanciamentos.

# Jefferson rejeitou emendas para acelerar tramitação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) reafirmou, ontem, sua decisão política de rejeitar todas as emendas relativas ao mérito do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que foi designado relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), independente de concordar com elas ou não. Ele explicou que seu objetivo foi evitar que o projeto sofresse modificações e tivesse que voltar para apreciação da Câmara dos Deputados.

Além de defender a necessidade de a Lei de Responsabilidade Fiscal entrar em vigor imediatamente, Jefferson Péres chamou a atenção da Câmara dos Deputados para a importância da aprovação, ainda neste semestre, da lei ordinária em tramitação que tipifica os crimes contra a gestão fiscal responsável. Ele lembrou

que, se isso não for feito, não haverá tempo para o Senado aprovar a matéria até o fim do ano e as punições só atingirão os futuros prefeitos.

Mesmo não acolhendo as propostas de modificação no projeto que interferissem no seu mérito, Jefferson Péres aceitou duas emendas de redação sugeridas pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Uma delas troca a expressão “balanços trimestrais” por “balançetes trimestrais”, e a outra corrige um erro de remissão.

– Rejeitei todas as demais emen-



Jefferson Péres

## Lando atribui mudança a pressão de credor

Inconformado com a impossibilidade de aperfeiçoar o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, o senador



Amir Lando

Amir Lando (PMDB-RO) declarou que votaria a favor da proposta para que a realidade mostre, o mais rápido possível, os efeitos deletérios da lei. Ao invés de moralizar os gastos públicos, Lando considerou que o projeto “é uma lei de ajuste fiscal, de gestão de caixa”, imposta pelos credores da dívida pública federal.

Ao propor a lei, o governo estaria desconhecendo a Federação, na opinião do senador, para quem estados e municípios passarão a sofrer “brutal intervenção” do Ministério da Fazenda.

## Arlindo Porto vê necessidade de aperfeiçoamento

Ao encaminhar o voto do partido, o senador



Arlindo Porto

Arlindo Porto (PTB-MG) disse que vê necessidade de aperfeiçoamentos no projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal, mas defendeu sua aprovação nos termos em que estava sendo apresentado, por entender que esses ajustes podem ser feitos enquanto a lei estiver sendo implementada.

– O tema já foi exaustivamente debatido no Senado Federal. Não podemos postergar essa decisão – afirmou o senador.

Arlindo Porto lamentou que o projeto esteja sendo votado em ano eleitoral, pois poderia ser interpretado como um obstáculo às eleições.

das, por serem de mérito, com a consciência de que estou prestando um serviço ao país, embora reconheça que muitas delas podem futuramente se transformar em projetos de lei, corrigindo as falhas deste projeto – afirmou Jefferson Péres.

O senador lamentou que a imprensa e a sociedade tenham dado mais importância à discussão travada em Plenário na semana passada entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) do que à apreciação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele leu trecho de um discurso do ex-senador Ruy Barbosa, proferido em 7 de novembro de 1890, pregando o equilíbrio das contas públicas, para ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal estava sendo votada com 110 anos de atraso.

## Ademir vota contra, mas aponta méritos

O senador



Ademir Andrade

Ademir Andrade (PSB-PA) disse que votaria contra o projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal devido à decisão da maioria do seu partido, mas lamentou que a oposição tenha entendido que a lei irá engessar a administração. Ademir Andrade lembrou que desde o início dos debates em torno da matéria defendeu a necessidade dessa lei.

– Quem está enfrentando candidatos a prefeito e muitos à própria reeleição, quem conhece a forma abusiva com que são utilizados os recursos públicos, há de convir que precisávamos de algo semelhante – afirmou o senador.

## Heloísa Helena sugere redução do pagamento de dívidas

A senadora



Heloísa Helena

Heloísa Helena (PT-AL) destacou, durante a discussão da matéria, o dispositivo do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal que permite às assembleias legislativas estaduais, na elaboração

da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), definir o percentual da arrecadação que querem comprometer com o pagamento do serviço da dívida pública.

– Está aberto o caminho para que qualquer estado da Federação estabeleça um percentual mais baixo do que aquele que foi negociado com o governo federal, por ocasião da rolagem de sua dívida pública. Alagoas, por exemplo, poderá decidir não mais pagar esses excessivos 15% de hoje,

definindo algo em torno de 3%, ou seja, o que pode pagar sem comprometer as necessidades de educação, segurança pública e saúde de sua população – afirmou.

Heloísa Helena prometeu fazer plantão, junto à Assembleia Legislativa de Alagoas, para garantir uma LDO estadual que defina os gastos orçamentários do governo de acordo com suas necessidades, e não “com as exigências absurdas que foram impostas pelo governo federal”.

# CAE pretende agilizar punição de crimes fiscais

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos possibilita que as ações penais relativas a infrações contra a ordem tributária sejam desvinculadas dos processos administrativos de cobrança de débitos com o fisco

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto de lei do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) possibilitando que os processos penais relativos a crimes contra a ordem tributária sejam desvinculados dos processos administrativos de cobrança de débitos com o fisco.

A proposta elimina artigo da legislação tributária federal segundo o qual a representação fiscal para fins criminais só pode ser encaminhada ao Ministério Público depois de finalizados os trâmites na esfera administrativa. Para Patrocínio, esse é o motivo pelo qual poucas ações prosperam, já que o contribuinte pode protelar o processo, recorrendo a diversas instâncias.

— Com essa vantagem dos sonegadores, apenas cerca de 1% de todos os crimes fiscais cometidos resulta em processo e condenação — afirmou o relator, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Segundo Antero, é necessário liberar a Receita Federal e os órgãos de arrecadação estaduais para comunicarem, imediatamente, ao Ministério Público, sobre a existência de fato que atente contra a ordem tributária. Somente assim, afirmou, poderão ser tomadas as providências para evitar a prescrição do crime.

## EMPRÉSTIMOS

Os senadores da CAE aprovaram ainda pareceres favoráveis a quatro pedidos de financiamento. O primeiro, relatado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), autoriza a prefeitura de Santos (SP) a contratar operação de crédito no valor de R\$ 12 milhões junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para investimento no Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal.

Também foi aprovado relatório do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), favorável ao pedido de empréstimo da União junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), de 548 mil euros, para investimento na infra-estrutura das universidades federais e dos hospitais universitários. Porém, o relator condicionou a concessão do empréstimo à existência de dotação orçamentária e ao cumprimento dos limites para despesa.

Num terceiro empréstimo examinado pela comissão, a União deve ser autorizada pelo Senado a dar garantia a termo aditivo ao contrato firmado entre o Brasil e a Hungria, no valor de US\$ 2,4 milhões, para investimento em projetos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). O relator da proposta foi o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

O pedido de autorização para contratação de empréstimo entre a União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ganhou parecer favorável do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), possibilitando a destinação de US\$ 185 milhões para a profissionalização dos trabalhadores de enfermagem.



Presidida por Ney Suassuna, a CAE entendeu que a regra atual beneficia os sonegadores de impostos

## IPCA poderá ser indexador de dívidas estaduais

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), poderá ser substituído pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para cálculo de atualização monetária dos contratos de refinanciamento das dívidas estaduais com a União, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econô-



Osmar Dias

cos. A proposta, de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi aprovada em caráter terminativo. Caso não haja recurso da decisão, a matéria segue para a Câmara dos Deputados.

O relator do projeto, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), argumentou que a substituição do IGP-DI pelo IPCA “é uma questão de coerência”, lembrando que o governo federal passou a adotar o IPCA como parâmetro para a meta in-

flacionária. Para ele, “nada mais lógico” que proceder o mesmo ajuste internamente.

Osmar Dias fez um levantamento do comportamento dos dois índices e concluiu que, historicamente, o IGP-DI supera o IPCA. Em 1999, informou o senador, o IGP-DI acumulou uma variação de 18,52%, enquanto o IPCA, 8,29%. O senador argumentou que essa diferença vem onerando os estados que já se encontram em dificuldades para quitar as parcelas da dívida que consomem 13% de seu orçamento anual.

## Adiada votação de limite para as privatizações

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deverá votar no dia 2 de maio projeto de lei do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que exclui a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização. A proposta não foi votada ontem, conforme previsto, em virtude do pedido de vista feito pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA), em nome da liderança do governo.

O projeto proíbe a venda de ações da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal que ex-

cedam o mínimo necessário à manutenção do controle acionário pela União. Para o autor, a sociedade não deseja a privatização de certas empresas, como a Petrobras, que a seu ver tem papel estratégico dentro da economia brasileira.

O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), manifestou-se favorável ao projeto e disse que manter a Petrobras fora do Programa de Desestatização “representa preservar a atuação do Estado em áreas fundamentais para o desenvolvimento”.



Álvaro é autor do projeto que impede a venda do controle da Petrobras, do BB e da CEF

## Armínio Fraga é convidado a falar sobre prejuízo do BC

O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, deverá comparecer à CAE no dia 26, para prestar informações aos senadores sobre os prejuízos que o BC vem registrando nos últimos anos. O requerimento para a convocação de Fraga foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), depois de constatar que o banco vem tendo resultados financeiros negativos superiores ao seu próprio patrimônio líquido.

Eduardo Suplicy informou que o Banco Central vem apresentando prejuízos desde 1994, data da implementação do Plano Real. No ano passado, conforme observou o senador, o Banco Central fechou o exercício com um prejuízo de R\$ 13,4 bilhões, 4,11 vezes superior ao patrimônio líquido da instituição, que gira em torno de R\$ 3,17 bilhões.

Armínio Fraga também deverá

explicar aos senadores os custos efetivos do Proer e do Proes, os programas do governo federal de socorro ao sistema financeiro nacional, e os resultados negativos sobre o estoque de dívida pública. Ele vai falar, ainda, atendendo a requerimento aprovado pela comissão, de autoria do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), sobre a situação de endividamento do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

A CAE também aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitando a presença do presidente do Banco Central para dar explicações a respeito da criação da Cédula de Crédito Bancário. Simon argumentou que tomou a iniciativa após ficar preocupado com o alerta vindo da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives) de que a criação da CCB “é um embuste, sendo uma reivindicação das instituições financeiras para legitimar a capitalização de juros”.



Fraga deverá ser questionado sobre custo do Proer

# Crimes de juizes e normas do Siafi vão a votação

Plenário aprecia em sua sessão de hoje diversos projetos importantes, entre eles o que torna possível a demissão do servidor público estável e o que fixa novas regras para o pagamento de precatórios

A definição dos crimes de responsabilidade dos magistrados, novas normas de acesso ao Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), a possibilidade de demissão do servidor público estável e uma nova disciplina para o pagamento de precatórios serão os destaques da sessão plenária de hoje no Senado.

Será votado projeto de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade cometidos por magistrados e as sanções aplicáveis na ocorrência de improbidade administrativa no exercício de mandato, cargo, emprego ou função. Entre esses delitos estão o recebimento de

custas ou participação em processos, extravio de documentos, abuso de poder e realização de julgamento quando o juiz for suspeito de participar da causa.

Examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto de Paulo Souto, que foi relator da CPI do Judiciário, chegou a Plenário na forma de um substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O texto estabelece que qualquer cidadão poderá oferecer uma representação, ao Ministério Público ou à Corregedoria de Justiça, dando notícia de crime cometido por magistrado.

Também hoje o Plenário delibera sobre projeto do senador José

Eduardo Dutra (PT-SE) que amplia o número de organismos da sociedade com acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Se a iniciativa for aprovada, além dos usuários que hoje têm acesso a esse sistema, a imprensa, universidades, conselhos profissionais, organizações não-governamentais e outros órgãos poderão também consultar o Siafi.

Na mesma sessão, será votado projeto do governo que pre-



Proposta de Dutra amplia o acesso da sociedade aos números do Siafi

vê a demissão de servidor público por insuficiência de desempenho. O texto obriga o funcionário a submeter-se anualmente a uma avaliação de desempenho, que vai apurar procedimento e conduta na execução das atribuições do cargo, produtividade no trabalho, assiduidade, pontualidade e disciplina. A demissão só ocorrerá depois de concluído processo administrativo no qual o servidor tenha asse-

gurado amplo direito de defesa.

Em segundo turno, os senadores decidem hoje se aprovam a proposta de emenda constitucional que permite o parcelamento em até dez anos do pagamento de precatórios — as somas devidas pelo poder público em decorrência de sentenças judiciais e que vêm sendo pagas mediante a emissão de títulos mobiliários. A idéia é incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispositivo permitindo o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. As ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

## CCJ examina hoje emendas ao Fundo de Combate à Pobreza

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina, em reunião hoje, quatro emendas apresentadas ao substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) às propostas de emenda constitucional (PECs) que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

O relatório de Alcântara recomenda o acolhimento de duas emendas e a rejeição de outras



Lúcio Alcântara, relator, recomenda acolhimento de apenas duas emendas

As PECs são de autoria do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza destina-se a viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de

subsistência. Os recursos do fundo deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde e reforço de renda familiar.

A primeira emenda acolhida por Alcântara evita que a desvinculação de receitas da União incida sobre os recursos do fundo. A segunda define critérios para a composição do conselho gestor do fundo.

A CCJ examina hoje também emendas ao projeto de lei que cria

o Comitê Gestor dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A emenda acolhida pelo relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), inclui Goiás e o Distrito Federal na área de jurisdição do comitê.

A comissão aprecia ainda parecer do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favorável a projeto do senador Lúcio Alcântara que dispõe sobre a estruturação e o uso de

banco de dados sobre a pessoa e disciplina o rito processual do *habeas data*. Deverá ser examinado ainda substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) relativo a projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara que trata das técnicas de reprodução assistida.

A CCJ é presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), e a reunião terá início às 10h. A primeira parte será dedicada à aposição do retrato do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) na galeria de ex-presidentes da CCJ.

### "LEI DA MORDAÇA"

Foi adiada de ontem para o próximo dia 18, após a Ordem do Dia, a audiência pública que reunirá dez especialistas das áreas jurídica e jornalística para debater a chamada "lei da mordaza".

## CAS discute proposta que limita contratação especial em empresas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje para examinar, entre outros assuntos, projeto de lei que fixa em 25% o limite máximo de funcionários em uma empresa com relações de trabalho beneficiadas por incentivos fiscais, financeiros e sociais.



Luiz Pontes acha que incentivo fiscal tem sido usado de forma abusiva

O autor do projeto, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), considera importante controlar o uso abusivo da utilização desses mecanismos, pois já existe, segundo ele, uma grande diversidade de contratos especiais adotados ou em estudo.

O projeto prevê que a infração para o limite de empregados nesse regime sujeitará o empregador ao pagamento de multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios mensalmente obtidos, calculada sobre as contratações que excederem os 25% fixados.

A reunião da comissão, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), está marcada para as 9h. A matéria será examinada em caráter terminativo, tendo recebido parecer favorável do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que está licenciado e foi substituído por Thelma Siqueira Campos (PPB-TO).

Outro projeto a ser examinado pela CAS é de autoria do senador

Antero de Barros (PSDB-MT) e recebeu substitutivo do senador Luiz Pontes.

O projeto institui estímulo ao primeiro emprego e ao emprego após 40 anos de idade, garantindo menor incidência de encargos sociais sobre a mão-de-obra entre 18 e 25 anos e com mais de 40

anos. A proposta de Antero é conceder redução de 50% nas alíquotas de contribuição para o Sistema "S" (Sesi, Sesc, Senai, Senac) e redução de 75% da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O projeto tramitará em conjunto com outro, do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que trata também de incentivo ao primeiro emprego com redução de encargos para contratação de jovens entre 18 e 24 anos.

### DEBATE

Pela segunda vez, a comissão debaterá em audiência pública a criação de plantas e animais marinhos, a propósito de projeto apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que trata do assunto. Dessa vez, o convidado é o presidente da

Associação Brasileira de Criadores de Camarão, Itamar de Piva Rocha. O projeto de Maria do Carmo regulamenta a flexibilização do uso de áreas cobertas por manguezais, e a própria senadora pediu a audiência.

Outros dois projetos a serem examinados pela comissão tiveram pareceres pedindo sua rejeição. O primeiro, de autoria da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), estende para cinco dias o direito de falta ao trabalho em caso de falecimento de cônjuge, ascendente ou descendente. A atual legislação prevê dois dias. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) opinou pela rejeição da matéria por conside-



Projeto de Maria do Carmo será tema de audiência pública hoje na CAS

rar os encargos sociais excessivos no Brasil.

Outro projeto que teve parecer pela rejeição é de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e torna obrigatório o uso de dispositivos de segurança em tanques e recipientes de combustíveis. O

relator é o senador Luiz Pontes.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) opinou pela prejudicialidade de projeto de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que garante a maiores de 60 anos a prioridade no atendimento na área de saúde.

# Maguito quer retirar da Lei Pelé normas sobre bingos

“Esporte é uma coisa e jogo de azar é outra”, diz relator da medida provisória que altera a legislação dos dois setores

O projeto de conversão da medida provisória que altera a Lei Pelé, apresentado ontem pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), relator da comissão mista, propõe a revogação total dos dispositivos que tratam dos bingos. Maguito entende que os jogos de azar e a



Projeto de conversão apresentado por Maguito Vilela acaba com a obrigatoriedade de transformar clubes em empresas

prática desportiva devem ser tratadas em legislações diferentes.

A comissão estabeleceu uma pauta de trabalhos até o próximo dia 27, para apresentação de sugestões ao projeto de conversão. O relatório deverá ser votado antes do dia 29, o que, se ocorrer, evitará a oitava reedição da MP.

– Esporte é uma coisa e jogo de azar é outra. O bingo faz mais mal ao esporte do que bem. O que nós fizemos foi separar a questão do bingo do esporte. E por dois motivos: por uma questão ética, pois eles não vêm dando bons exemplos no Brasil, e também porque os recursos não têm chegado às entidades esportivas – argumentou Maguito, frisando ter firmado essa convicção após ter ouvido inúmeros depoimentos de autoridades e conversado com personalidades ligadas ao esporte.

O projeto de conversão dá um prazo de 90 dias para a extinção dos bingos, mas Maguito Vilela esclarece que, se o governo quiser, poderá mandar uma nova MP regulando os jogos de azar.

– O governo pode até mandar outra medida provisória ou encaminhar um projeto de lei regulamentando os jogos de azar, entre eles os bingos, e destinar recursos para os esportes. Mas não quero misturar jogo de azar com lei de esportes – enfatizou.

#### CLUBE-EMPRESA

O dispositivo da Lei Pelé que obriga os clubes a tornarem-se empresas é revogado pelo projeto de conversão. A obrigatoriedade, conforme Maguito, é inconstitucional.

– Exigir-se a transformação de clubes profissionais em empresas é tão esdrúxulo e injurídico

quanto compelir as empresas a se tornarem clubes profissionais – afirma.

Maguito manteve a proibição de que um grupo econômico detenha o controle de mais de um clube esportivo e incluiu dispositivo garantindo a manutenção do controle acionário das equipes com os clubes. O parecer excetuou dessa norma os contratos firmados pelos clubes com patrocinadores para o uso de marcas, publicidade, propaganda e transmissões de competições.

Com relação ao fim do “passe” (vínculo de jogadores com os clubes), Maguito estabeleceu que os clubes esportivos deterão direitos sobre o atleta somente no seu primeiro contrato, cujo prazo máximo será de cinco anos. A partir daí, as relações serão regidas pela legislação trabalhista.



Comissão de Educação vai analisar na próxima reunião projeto que muda o processo de outorga e renovação de concessões

## Comissão de Educação renova concessões de emissoras de rádio

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem a renovação de concessões das emissoras Vanguarda de Sorocaba (SP), Jequitibá, de Campinas (SP), Clube de Itapeva (SP) e Paiquerê, de Londrina (PR). Também aprovou a outorga de permissão para as rádios Difusora Rhema, em Nova Granada (SP), e Fundação Sara Nossa Terra, em Araucária (PR). A comissão acolheu ainda a autorização para a execução de serviços de radiodifusão sonora às prefeituras de São José do Rio

Preto (SP) e Icapuí (CE)

#### ADIAMENTO

A CE adiou, em virtude de requerimento da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), a apreciação de projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que trata do processo de outorga e renovação de concessões e permissões para exploração de serviços de rádio e TV. Atendendo solicitação da diretoria da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a senadora pediu que a análise de seu substitutivo ao projeto se dê na próxima reunião da comissão.

## CRE aprova indicação de embaixador para a Guiné-Bissau

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade ontem a indicação do diplomata Arthur Vivacqua Corrêa Meyer para o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Bissau. A matéria, que teve parecer favorável do relator, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), depende ainda da aprovação do Plenário do Senado.

Em sua palestra aos integrantes da CRE, o diplomata explicou que a Guiné-Bissau é um país atlântico muito pobre, com renda *per capita* de apenas US\$ 300, e foi a pri-

meira das colônias portuguesas na África a alcançar a independência, em 1974. “O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer a independência da Guiné-Bissau”, lembrou Arthur Vivacqua.

Entre as áreas de cooperação em que o Brasil pretende atuar, informou o diplomata, destacam-se a de educação, com ensino técnico profissional e fortalecimento da língua portuguesa; de cultura, com programas de rádio e TV; econômica, nos setores de telefonia e de correios; e militar, no treinamento de pessoal para levantamento de campos minados.



Arthur Vivacqua Corrêa Meyer (ao lado do senador José Sarney) falou à CRE sobre as relações do Brasil com a Guiné-Bissau

ACOMPANHE AS ATIVIDADES DO SENADO

VOTAÇÕES,  
PROJETOS,  
DISCURSOS...

WWW.SENADO.GOV.BR

# Comissão aprova parecer com salário de R\$ 151

Representantes da oposição deixaram reunião em protesto contra posição do relator. Parte da bancada do PFL votou contra a proposta que rejeitou todas as emendas e manteve valor do mínimo definido pelo governo federal

A comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que elevou o salário mínimo de R\$ 136,00 para R\$ 151,00 aprovou na noite de ontem o parecer do relator, deputado Armando Monteiro (PMDB-PE), favorável à MP, sem emendas. Com isso, a medida provisória já poderá ser votada pelo Plenário do Congresso. Parte do PFL votou contra o relatório.

Em seu parecer, Monteiro cita estatísticas levantadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados que discutiu o assunto por mais de um mês. Ele contesta as oito alternativas de arrecadação sugeridas pela comissão de deputados para bancar os gastos do governo com um possível mínimo de R\$ 177,00, observando que nenhuma delas estará disponível neste ano. Além disso, quatro alternativas dependem de projetos que ainda precisarão ser votados pelo Congresso.

O relator cita as investigações dos deputados para sustentar que as prefeituras do Nordeste enfrentarão

problemas graves, pois 37% de seus funcionários ganham até um salário mínimo. Além disso, a Previdência Social, que paga o mínimo a 12 milhões de aposentados, teria seu atual déficit de R\$ 10 bilhões por ano aumentado substancialmente. "O governo precisaria de uma nova fonte de arrecadação de R\$ 8 bilhões por ano só para bancar um salário mínimo de R\$ 177,00 ao mês", disse.

A votação do parecer na comissão mista foi tumultuada, por ter ocorrido no mesmo momento em que o Plenário do Senado discutia o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), teve de suspender os trabalhos para que os senadores fossem votar no Plenário. Numa segunda vez, ele não suspendeu os trabalhos e o vice-presidente, deputado Luiz Antônio Medeiros (PFL-SP), assumiu a presidência para que o relator continuasse a leitura de seu parecer.

Encerrada a leitura, em protesto

pelo conteúdo do parecer, os parlamentares dos partidos de oposição abandonaram a reunião. Medeiros colocou então o relatório em votação e anunciou que o parecer fora aprovado por 4 votos a favor e 3 contrários (estes, do PFL). Ao tomar conhecimento da votação paralela, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que a votação da comissão não teria validade. Encerrados os trabalhos, o presidente da comissão, senador Iris Rezende, convocou nova reunião, quando o parecer foi votado definitivamente, recebendo 5 votos favoráveis e 3 contrários.

Durante as discussões da comissão, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), chegou a anunciar que o governo estudava a possibilidade de reeditar ainda hoje a MP do salário mínimo, enquanto a votação no Plenário do Congresso poderia ocorrer no dia 3 de maio. Caso fosse reeditada agora, seria criada nova comissão mista para seu exame, repetindo todo o caminho já percorrido no Congresso.

Mais tarde, e com a discordância do PMDB a uma reedição antecipada, Arthur Virgílio informou que, "por enquanto", não haverá reedição, mas insistiu que o governo deseja que a medida provisória seja votada pelo Congresso no dia 3 de maio. Para ele, a prioridade de votação pelo Congresso, neste momento, é o projeto orçamentário, "porque está faltando dinheiro até para comprar coisas simples para o funcionamento da máquina administrativa".



A Oposição abandonou a reunião e parte do PFL votou contra o parecer do relator Armando Monteiro que aprovou a MP sem ressalvas

## Martus: governo rejeita aumento de imposto para bancar reajuste

O ministro do Planejamento, Gestão e Orçamento, Martus Tavares, afirmou ontem, em audiência pública na comissão mista, que "o governo não aceita aumento de imposto para bancar uma elevação do salário mínimo acima de R\$ 151,00".

— Trata-se de decidir se queremos tirar dinheiro de estradas, da saúde ou de programas sociais para bancar um aumento maior do salário mínimo. Ou são feitos cortes, ou se aumenta a arrecadação. A sociedade brasileira não suporta mais aumento de impostos — sustentou Martus Tavares.

O ministro disse que o governo não tomaria qualquer "medida irresponsável", elevando o salário mínimo sem ter de onde tirar o dinheiro, que chegaria a R\$ 8 bilhões todo ano, caso o salário mínimo fos-

se para R\$ 177,00 por mês (a quase totalidade para cobrir o déficit da Previdência Social). "O aumento sem fonte levaria ao desequilíbrio fiscal das contas públicas e este, por sua vez, acabaria gerando inflação, interrompendo o crescimento econômico que já há no país", concluiu.

Martus Tavares foi o último convidado da comissão, que promoveu várias audiências públicas para debater o problema do salário mínimo.



Martus Tavares: governo não vai adotar medida "irresponsável"

## Suplicy critica reedição de MP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ontem em Plenário que o governo estaria estudando a reedição da medida provisória que fixou em R\$ 151 o valor do novo salário hoje. Tal decisão, na opinião do senador, atropelaria o cronograma de votação que o Congresso está negociando entre as lideranças partidárias da Câmara e do Senado para vincular as votações do projeto de orçamento com a da MP do mínimo:

— O líder do governo no Congresso, deputado Artur Virgílio (PSDB-AM), me assegurou ser a intenção do governo reeditar a MP para dispor de mais tempo para negociar com suas bases. Eu discordo. Precisamos votar logo tanto a definição do mínimo quanto o projeto de orçamento da União para 2000 que já está substancialmente atrasado — argumentou.



Antonio Carlos: "Só voto uma coisa quando tiver a data da outra"

## ACM quer votar mínimo e Orçamento 2000 juntos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem de manhã que quer o Congresso votando o Orçamento da União para este ano somente quando for fixada uma data para a votação do novo valor do salário mínimo, de R\$ 151:

— Só voto uma coisa (*o Orçamento da União*) quando tiver a data da outra (*votação da medida provisória que reajustou o mínimo*) — disse.

Antonio Carlos revelou ter conhe-

cimento de contatos entre lideranças do PFL e o governo, mas disse não ter informações do senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do partido, a respeito de um eventual acordo com o Executivo sobre essa questão.

Ele confirmou sua disposição de votar as matérias nesta semana, mas ressaltou que se não houver entendimento sobre o assunto a votação poderá ser feita somente após a Semana Santa.

## Congresso reúne-se hoje à noite

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta hoje, às 19h, para votar o Orçamento da União para 2000. A matéria seria votada ontem, mas o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, atendeu a uma questão de ordem levantada pelo líder do PT na Câmara, deputado Aloysio Mercadante (SP), segundo o qual as alterações feitas no Orçamento não foram publicadas em avulsos, como manda o Regimento Interno. Por isso, decidiu que a matéria não deveria ser votada naquela ocasião.

O Orçamento que o Congresso votará é um substitutivo apresentado

pelo relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), já aprovado pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A comissão concordou em aumentar em 83,4% os investimentos que o Executivo deverá realizar neste ano.

Os deputados e senadores discordaram da proposta do presidente da República de investir neste ano R\$ 6,8 bilhões e acrescentaram outros R\$ 5,7 bilhões para obras de infra-estrutura e programas de saúde, agricultura e educação. Com as alterações, o total de investimentos passou para R\$ 12,5 bilhões.

## Grupo pede agilidade para apurar caso de Luiz Estevão

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem representantes do Movimento em Defesa de Brasília, que reúne 11 partidos políticos do Distrito Federal, que vieram fazer um apelo para que sejam agilizados os trabalhos do Conselho de Ética do Senado, para concluir a apreciação do caso do senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Luiz Estevão está sendo investigado por suposta quebra de decoro ao prestar esclarecimentos sobre o assunto na CPI do Judiciário.

De acordo com o deputado Agnelo

Queiroz (PCdoB-DF), o senador Antonio Carlos Magalhães reafirmou sua "isenção" diante do caso e do trabalho do conselho, e também garantiu sua disposição, como presidente da Casa, para que a questão tenha uma definição o mais rápido possível.

Após receber o Movimento em Defesa de Brasília, Antonio Carlos recebeu em seu gabinete um grupo de estudantes de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que passou a manhã de hoje visitando o Senado.

## SESSÕES DO SENADO NA PRÓXIMA SEMANA

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou que o Senado terá sessão deliberativa nas próximas segunda e terça-feira (dias 17 e 18). Em virtude do feriado da Semana Santa, a sessão da quarta-feira (dia 19), não deliberativa, será realizada pela manhã, ao contrário do que normalmente ocorre.



Gilvam Borges apelou ao governador do Amapá para que se defenda das acusações

## Gilvam cobra explicações sobre atividades do narcotráfico

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez um apelo ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB), para que se defenda da acusação de envolvimento com o tráfico de drogas feita pelo presidente da Assembleia Legislativa do estado, deputado Fran Júnior (PMDB). A acusação, completou o senador, também foi feita pela testemunha Alex Ricardo Ramos Amoras, num processo criminal promovido pelo Ministério Público estadual.

Segundo o senador, Alex Ramos disse que um suposto traficante conhecido como "Barbudo Sarrafo" agia como testa-de-ferro do governador Capiberibe e que este teria mandado matá-lo. A testemunha, conforme Gilvam, inclusive revelou o nome do suposto matador de aluguel.

O senador contou que, na última quinta-feira, a CPI do Narcotráfico apresentou uma fita-cassete onde o deputado Fran Júnior também acusa o governador de estar envolvido com o narcotráfico.

— Essas acusações, feitas por uma testemunha durante depoimento à Justiça, aliadas à declaração bombástica do presidente da Assembleia Legislativa, não deixam outra saída para o governador senão vir a público esclarecer a sua relação com os fatos. A simples imputação da prática de delitos dessa magnitude atinge, a um só tempo, o homem e o político, destruindo sua honra junto ao eleitorado e à própria família — disse Gilvam Borges.

O senador informou que nos próximos dias estará solicitando aos órgãos responsáveis que dêem início as investigações para esclarecimento dos fatos.

# Carlos Patrocínio questiona decreto que regulamenta Lei dos Genéricos

Senador diz que a exigência de utilização de nome comercial para a venda de medicamentos similares contraria a decisão tomada pelo Congresso Nacional

O decreto que regulamenta a Lei dos Genéricos contraria o objetivo da proposta de reduzir os preços dos medicamentos, segundo afirmou o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). O decreto estabelece que remédios similares só poderão ser comercializados pelo nome comercial ou marca.

Medicamentos genéricos são aqueles que possuem o mesmo princípio ativo, características e efeitos sobre o paciente de produtos registrados na Vigilância Sanitária. Esse tipo de medicamento é aprovado pelo Ministério da Saúde, após ser submetido



Patrocínio atribuiu os equívocos do decreto à "tecnocracia do Ministério da Saúde"

a testes de bioequivalência. Os similares possuem os mesmos princípios ativos, mas não são subme-

tidos a esses testes.

Patrocínio entende que, ao obrigar que os similares sejam vendidos com o nome comercial, o decreto "ultrapassa o comando da lei", que autoriza a produção de remédios identificados apenas por seus princípios ativos.

— Essa experiência — prosseguiu o parlamentar — vem assegurando universalmente uma economia de 40% para o consumidor. Ademais, com a execução normal da Lei dos Genéricos, haverá, a partir do ano que vem, uma redução das despesas do Sistema Único de Saúde calcula-

da em US\$ 800 milhões.

Na opinião do senador, o decreto configura descaso às regras do processo legislativo, principalmente com relação ao respeito à hierarquia das normas jurídicas.

— Ao ato hierarquicamente inferior não se concede o poder de contrariar a norma que lhe dá causa. É inaceitável que a tecnocracia do Ministério da Saúde, pretextando regulamentar, via decreto, disposição de lei aprovada pelo Congresso, venha dispor de forma contrária ou diversa daquela consagrada pelo legislador — concluiu o senador.

## Hugo Napoleão presta homenagem póstuma a médico e político piauiense

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) fez uma homenagem póstuma ao psiquiatra Clidenor de Freitas Santos, que faleceu no último dia 2 em Teresina. O médico nasceu na capital piauiense em 1913, onde implantou, na década de 40, o Hospital Meduna, importante centro de tratamento de doenças mentais.

Nos anos 60, conforme relato

feito pelo senador, Clidenor estreou na política. Ele foi deputado pelo PTB e presidente do Ipase, no governo do presidente João Goulart. Após o movimento militar de 64, Clidenor exilou-se no Chile, Peru e Uruguai. Ao retornar ao Brasil, dedicou-se à medicina e à literatura, destacando-se pelo grande acervo de Miguel de Cervantes, autor do clássico *Dom Quixote de*

*La Mancha*.

— Como Quixote, Clidenor era um tanto de sonho e birra; um punhado de delírio e crença. Em pedaço de céu e de terra, por sonhar e realizar, por crer e duvidar, por saber e questionar, Clidenor foi um homem especial — disse Napoleão ao descrever o amigo, que também integrava a Academia Piauiense de Letras.



Hugo Napoleão descreveu a trajetória política e profissional de Clidenor de Freitas Santos

CULTURA do MEIO-DIA 500 anos

Na tela toda a emoção da nossa história

Abriu

DE SÉRGIO REZENDE 12/04

DE SÉRGIO REZENDE 19/04

DE SÉRGIO REZENDE 26/04

MAUÁ O IMPERADOR E O REI

GUERRA DE CANUDOS

LAMARCA

SENADO FEDERAL - Auditório Petrônio Portella Quarta-feira às 12h

Apoio: COLUMBIA TRI STAR BUENA VISTA FILMES DO BRASIL

Realização: BRASIL 500 anos

Subsecretaria de Projetos Especiais - C & M

## Mozarildo pede mais critério na demarcação de terras indígenas



Para Mozarildo Cavalcanti, Roraima é um exemplo da falta de critérios na demarcação de terras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) criticou a forma com que o governo vem tratando a demarcação de terras indígenas em Roraima. O estado tem 57% de seu território ocupado por reservas indígenas. Em entrevista que a TV Senado exibe hoje, às 7h30, o senador reclama da falta de critério nas demarcações.

— Depois da Constituição de 1988, ficou estabelecido que todas as áreas ocupadas tradicionalmente pelos índios seriam demarcadas. Contudo, não foi adotado nenhum critério para medir a dimensão dessas terras — queixa-se ele.

# Denúncias de ACM e Jader são enviadas à Procuradoria

Além do Ministério Público, o Conselho de Ética do Senado Federal também analisará as acusações feitas pelos dois parlamentares

As notas taquigráficas dos discursos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA) e os documentos entregues à Mesa pelos dois senadores no dia 5, quando eles trocaram acusações no Plenário, serão enviados ao Conselho de Ética do Senado e à Procuradoria-Geral da República. A decisão foi tomada em reunião conjunta da Mesa e dos líderes partidários e comunicada ontem ao Plenário pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), primeiro vice-presidente no exercício da presidência.

Participaram da reunião os senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Alencar (PMDB-MG), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Arlindo Porto (PTB-MG), Sérgio Machado (PSDB-CE), Paulo Hartung (PPS-ES), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Heloísa Helena (PT-AL) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Tanto Antonio Carlos quanto Jader entenderam que não deveriam participar das reuniões em que o problema foi abordado, esclareceu Melo. Antonio Carlos delegou ao primeiro vice-presidente a condução dos trabalhos relativos a temas da discussão que travou com



O primeiro vice-presidente Geraldo Melo foi quem comunicou ao Plenário a decisão adotada pela Mesa e pelos líderes partidários

os documentos anexados por Antonio Carlos e Jader constituíam um processo único, a exigir despacho oficial da Mesa, independentemente do requerimento de Roberto Freire.

Com a decisão, os documentos foram remetidos ontem mesmo ao Conselho de Ética e ao Ministério Público, prejudicando a apreciação em Plenário do requerimento de Freire.

Ao elogiar o encaminhamento do assunto pela Mesa, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu

Jader Barbalho em Plenário.

Geraldo Melo relatou que, em uma primeira reunião, a Mesa decidiu incluir na Ordem do Dia de ontem requerimento do senador Roberto Freire (PPS-PE) pedindo o encaminhamento das notas taquigráficas ao Conselho de Ética e ao Ministério Público. Em seguida, relatou Melo, a Mesa solicitou reunião com os líderes partidários, quando ficou decidido que as notas taquigráficas e

que, como Antonio Carlos e Jader se declararam favoráveis a uma apuração rápida, os dois se licenciam dos cargos exercidos: a presidência do Senado e a liderança e presidência do PMDB. Na discussão travada no dia 5, Jader instou Antonio Carlos a se licenciar da presidência, lembrou Suplicy, que, para assegurar tratamento equitativo, propôs que Jader adotasse posição idêntica enquanto os fatos são apurados.

## Jucá elogia aumento dos recursos investidos pela Caixa em habitação

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou as novas medidas adotadas pela Caixa Econômica Federal com o propósito de reverter as dificuldades do Sistema Financeiro de Habitação (SHF). Segundo Jucá, a instituição investirá no setor, neste ano, R\$ 7 bilhões. Na avaliação do senador, o governo já vem dando mostras de seu interesse em reduzir o déficit habitacional, por meio de financiamentos pela Caixa.

— Segundo o presidente da Caixa, foram concedidos cerca de 257 mil financiamentos imobiliários em 1999, que contaram com R\$ 1,5 bilhão de recursos da própria Caixa e com R\$ 2 bilhões originários do FGTS — afirmou o senador.

Dos R\$ 7 bilhões anunciados



O senador Romero Jucá destacou a previsão da CEF de destinar neste ano R\$ 7 bilhões a novos financiamentos habitacionais

previsões de investimento incluem, também, R\$ 1 bilhão a ser empregado no Programa de Arrendamento Residencial, destinado a famílias que ganham até seis salários mínimos.

Para a classe média, há duas modalidades de empréstimos. A primeira, chamada Poupanção, na qual o candidato deve abrir uma caderneta de poupança e fazer depósitos regulares no prazo de 12 meses para solicitar, sem limite de valor, os recursos de que necessita para comprar o imóvel; a segunda é a Carta de Crédito, que limita o financiamento em até R\$ 400 mil, com taxas de 12% ao ano mais TR.

Jucá disse ainda que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano está constituindo um programa destinado aos trabalhadores de baixa renda, prevendo-se a construção de 2 milhões de casas nos próximos quatro anos.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO HOJE

6h30 — *Debate*: Senador Ney Suassuna e o cineasta Wladimir de Carvalho falam sobre o cinema paraibano  
7h25 — *Senado em Pauta*  
7h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a demarcação das terras indígenas em Roraima  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — O que acontece quando lemos  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Comissão de Assuntos Sociais (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — *Entrevista*: Senador Arlindo Porto fala sobre o desenvolvimento do Brasil  
19h — Sessão do Congresso Nacional (vivo)  
Logo após: *Jornal do Senado*  
Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação

## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Maria do Carmo pede esclarecimentos sobre compromissos assumidos pela Chesf

## Senadores querem mais informações sobre hidrelétricas no São Francisco

O ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, deverá esclarecer alguns pontos relacionados aos compromissos assumidos pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) nos contratos de empréstimos e acordos de projetos para construção de hidrelétricas no rio São Francisco. Requerimento de informações nesse sentido foi apresentado pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Maria do Carmo (PFL-SE). Eles pedem esclarecimentos sobre as ações tomadas pela Chesf para compensar a região e a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

Os financiamentos firmados pela União e o Banco Mundial proporcionaram também a construção de diques protetores e bombas de irrigação em pequenas e grandes várzeas para corrigir os efeitos adversos da construção das instalações hidrelétricas rio acima do São Francisco. De acordo com os senadores que apresentaram o requerimento de informações, as obras alteraram o regime do rio na região do Baixo São Francisco Sergipano e Alagoano, após a construção da cascata geradora de energia elétrica e da barragem de Sobradinho.

— Em consequência, 76 pequenas, médias e grandes várzeas deixaram de continuar com seus sistemas produtivos (cerca de 25 mil hectares). As mudanças do regime fluvial no Baixo São Francisco agravaram os problemas relativos ao assoreamento, erosão e qualidade da água — expõe a justificativa do requerimento.

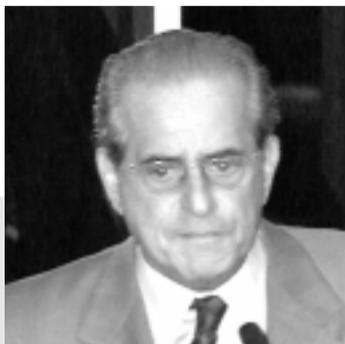
# Tebet cobra de FHC promessa de gás mais barato para Corumbá

Senador envia carta ao presidente da República afirmando que termelétrica a ser construída na cidade precisa ter preço diferenciado

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou ao Plenário o envio de carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, cobrando o cumprimento da promessa de que pelo menos a termelétrica de Corumbá possa comprar gás boliviano a preço mais baixo. De acordo com os planos do governo federal, Mato Grosso do Sul terá três termelétricas, sendo as outras duas em Campo Grande.

— Estou cobrando porque começou a construção de uma termelétrica do lado boliviano, em Puerto Suárez, que usará gás a preço extremamente baixo e depois poderá vender sua energia em Corumbá. Isso é um golpe de morte na nossa termelétrica. É um golpe no futuro de Corumbá — afirmou.

De acordo com o senador, uma empresa norte-americana já está trabalhando na construção da linha de transmissão de energia nos 18 quilômetros que separam Corumbá da futura usina em território da Bolívia. Ele lembrou que o presidente prometeu gás boliviano mais barato para Co-



Tebet: Corumbá, na divisa com a Bolívia, não pode pagar pelo gás o mesmo que uma indústria paulista

rumbá porque o município está na divisa com a Bolívia, perto de onde o gás é extraído. “Não tem sentido Corumbá pagar o mesmo preço que indústrias de São Paulo”, protestou.

Ramez Tebet ressaltou que, pela Constituição, o governo deve orientar sua política econômica para a redução das desigualdades sociais e regionais. Lembrou que Corumbá é uma cidade isolada do resto do país “e espera sua oportunidade há séculos”. A região possui a segunda maior reserva

brasileira de minério de ferro, a segunda de manganês e a primeira de calcário, disse o senador, sustentando que Corumbá precisa do gás mais barato para industrializar suas jazidas de minérios.

A preocupação do senador baseia-se na atual legislação energética brasileira, pela qual qualquer empresa pode produzir e vender eletricidade às empresas de distribuição. No caso, o grupo instalado do lado boliviano poderá vender energia e até mesmo reivindicar o uso do atual sistema de distribuição de energia da região de Corumbá.

Tebet foi apoiado em apartes dos senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Mestrinho alertou que, “com tanta restrição ambiental que andam fazendo no Brasil”, não é exagero afirmar que, no futuro, Mato Grosso do Sul “não poderá nem mais criar boi, sendo obrigado a viver da imagem de sua flora e da fauna”.



Ademir Andrade responsabiliza FHC e Malan pela alteração na medida provisória

## Ademir critica MP que permite capitalização de juros pelos bancos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou ontem o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, pela inclusão, na 17ª edição da Medida Provisória nº 1.963, de dispositivo que permite que as instituições financeiras capitalizem juros, ou seja, cobrem juros sobre os juros das dívidas de seus clientes, prática proibida por lei desde 1933. A MP reeditada trata da administração dos recursos do caixa do Tesouro Nacional.

Ademir citou declaração do advogado João Antonio Cesar da Motta, publicada na *Gazeta Mercantil*, para quem “o artigo foi inserido na surdina por lobby dos bancos”. O senador lembrou que a mesma iniciativa foi tentada em 1996, com a inclusão de artigo semelhante na MP nº 1.410, mas, após grande pressão popular, o governo voltou atrás e retirou o artigo. Ademir disse que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) recebeu solicitação da Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania para que apresente emenda suprimindo esse artigo. Na emenda, continuou Ademir, Simon argumenta que “o dispositivo foi sorrateiramente incluído na MP 1.963, que trata de outro assunto”.

Para Ademir, o erro dos constituintes em 1988 foi não ter proibido a reedição de medidas provisórias. “Agora, as MPs são reeditadas pelo governo 40, 50 e até 60 vezes”, afirmou. Ele fez um apelo ao presidente do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), para que convença o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, a acelerar a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do ex-senador Esperidião Amin, que regulamenta a edição de medidas provisórias.

## Paulo Souto destaca revitalização da Costa do Descobrimento

O senador Paulo Souto (PFL-BA) elogiou as medidas do governo para revitalizar a região de Coroa Vermelha, no litoral sul da Bahia, viabilizando a conclusão do Parque Indígena Pataxó. Segundo Souto, a iniciativa é fundamental para permitir o acesso da população ao sítio histórico do descobrimento.

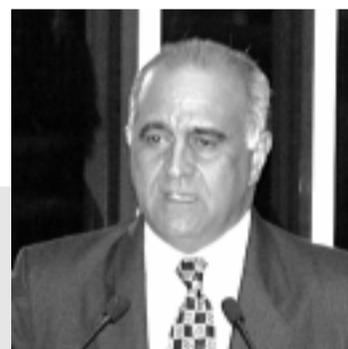
Há aproximadamente sete anos, relatou o senador, o governo da Bahia vem investindo em Porto Seguro e em outros municípios do sul do estado, principalmente na conservação de monumentos históricos das antigas cidades, dos mananciais hídricos e das praias ameaçadas pela favelização e pela poluição.

Ressaltando a importância da comemoração dos 500 anos do descobrimento, Souto informou que, no dia 22 de abril, haverá nos sítios históricos de Porto Seguro e Cabralia um ato denominado “O Dia em que

o Brasil nasceu”; no dia 23, um desfile intitulado “Brasil 500 anos”, com 3.000 figurantes e oito carros alegóricos; e no sítio da Coroa Vermelha, no dia 26, missa solene com 500 celebrantes.

Para o senador, essas comemorações representarão uma oportunidade única de exibir as belezas da região da Costa do Descobrimento, chamando a atenção de turistas para suas praias, sítios históricos e reservas ecológicas, e dos empresários para as perspectivas de bons negócios e investimentos.

Em apartes, os senadores Ernandes Amorim (PPB-RO), Tião Viana (PT-AC) e Ademir Andrade (PSB-PA) manifestaram preocupação com o incidente ocorrido recentemente em Coroa Vermelha, em que a Polícia Militar da Bahia destruiu um monumento comemorativo que estava sendo construído pelos



Paulo Souto espera que comemorações chamem atenção de turistas e empresários

pataxós. “É justo que os índios tenham a oportunidade de comemorar os 500 anos de acordo com sua cultura”, observou Ademir.

Souto respondeu não estar informado de detalhes do incidente, mas frisou que as festividades foram organizadas de comum acordo com as comunidades brancas e indígenas da região, incluindo os pataxós.